

PAPO DE ÍNDIO

Gazeta do Acre 22-11-87

APM 20/17 xai terri valle de aquino

Os índios, o PMACI e o Conselho de Segurança Nacional

Eu juro a vocês que não gostaria de escrever sobre este assunto, porquanto fico muito deprimido e preocupado. Acabou de ler o Plano de Ação Definitivo do PMACI que está sendo atualmente avaliado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para sua provável aprovação. Fiquei surpreso ao constatar que todas as populações e áreas indígenas do Acre (a exceção do Mamoadate, área, inclusive, já demarcada para os povos Jumináua e Manchineri do alto rio Jacon) foram excluídas do PMACI por determinação do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Não dá para entender e aceitar essa decisão, pois é justamente em todo o território acreano onde ocorrerão os impactos mais negativos (fluxo migratório incontrolável, desmatamento e destruição das florestas, poluição de rios e cabeceiras de todos os afluentes das bacias hidrográficas dos rios Juruá e Purus etc.) sobre o meio ambiente e as comunidades indígenas, em consequência da pavimentação da rodovia BR-364 até Rio Branco.

Não sei como explicar isso para os representantes e lideranças indígenas do Acre, que inclusive, perderam tanto tempo e trabalho para apresentar à coordenação do PMACI um exaustivo documento, elaborado na V Assembleia Indígena do rio Gregório/Tarauaca reivindicando a demarcação de suas terras, programas de saúde e de educação para suas comunidades e, ainda, projetos econômicos que lhes permitam ocupar por conta própria as suas áreas. Só sei mesmo, baseado na experiência que tenho de mais de dez anos assessorando o movimento indígena da região que os índios do Acre não vão aceitar essa decisão e, mais do que isso, continuarão lutando pela demarcação e regularização fundiária de suas terras e serrangas.

HISTÓRICO

Desde o início de 1985, quando foi assinado um contrato de empréstimo entre o Governo Brasileiro e o BID, no valor de Cz\$ 147,6 milhões de dólares para o asfaltamento da BR-364 que os índios do Acre estão discutindo esse plano ambiental e de proteção as suas populações.

A criação do PMACI foi uma exigência do BID, que condicionou a liberação dos recursos do empréstimo mediante a adoção de medidas efetivas e implementação de um plano de proteção ao meio ambiente e as comunidades indígenas, na área de influência indireta da rodovia.

Os recursos desse Plano, estimado em US\$ 10 milhões de dólares (40,2% ou US\$ 4 018 000 são do BID e 59,8% ou US\$ 5 982 000 são da contrapartida nacional, representa apenas 6,8% do valor global do empréstimo. O que significa dizer que representam uma diminuta parcela em relação as necessidades do setor ambiental e das comunidades indígenas.

O prazo de duração do PMACI foi estipulado em 5 anos e dividido em 2 etapas a - O Plano de Ação Provisório (PAP) que defina as medidas de



Os índios do Acre foram excluídos do PMACI

a - Aumento da burocracia no processo de descentralização administrativa tanto no repasse de verbas, como nas questões técnicas; b - Devido à sua política unilateral marcada por atuação autônoma em relação aos demais órgãos envolvidos na questão; c - Devido à orientação do CSN, que impedia a demarcação de áreas indígenas na faixa de 150Km de fronteira; d - O IPEA também não coordenou muito bem a integração entre os órgãos executores e não conseguiu promover um bom desempenho das ações operacionais.

Em relação as questões ligadas especificamente ao meio ambiente, o PAP/PMACI pouco avançou. A atuação do IBDF, SEMA e INCRA deixaram muito a desejar. Pouco fizeram de concreto, apresentaram resultados piores do que a FUNAI, que já não foi lá grande coisa.

O PLANO DE AÇÃO DEFINITIVO

A maior injustiça cometida na elaboração do PAD/PMACI foi a exclusão das áreas indígenas do Acre por determinação do Conselho de Segurança Nacional. Isso não sou eu que estou afirmando, mas o próprio texto do Plano. O programa de demarcação e regularização fundiária apresentado pela Funai está em consonância com as ações realizadas com representantes do CSN/Funai/IPEA, onde foram tomadas decisões relativas a restrição de ações em áreas indígenas, redução de grupos indígenas a serem atendidos, interdição das terras dos índios na faixa de fronteira. Ocasionalmente, também, onde se excluiu do Plano de Ação Definitivo as áreas indígenas Alto Purus, Cabeceiras do Acre e Kirema (e, ainda, todas as áreas indígenas do alto e médio Juruá).

A Funai propôs ao PAD/PMACI a

rizar 5 outras, no período de dois anos (88 e 89) a Funai reivindicou recursos do PAD/PMACI da ordem de Cz\$ 27 792 000,00 (vinte e sete milhões, setecentos e noventa e dois mil cruzeiros).

A região do PMACI abrange agora, portanto, apenas um total de 22 áreas indígenas, das quais somente 5 já estão demarcadas, 2 delimitadas e 19 apenas identificadas.

Em suma, as propostas apresentadas pelo Plano de Ação Definitivo do PMACI não atenderam ao conjunto das necessidades de proteção das comunidades indígenas do Acre/Sul do Amazonas e, também, não atenderam as preocupações existentes quanto a preservação do meio ambiente.

SAÚDE ÀS

- POPULAÇÕES INDÍGENAS

Dentro desse programa de Saúde privilegiou-se as ações voltadas para a imunização, (vacinações sistemáticas dos grupos indígenas), atenção à saúde da comunidade (assistência médico-hospitalar e odontológica) e educação em saúde (cursos de capacitação e reciclagem de monitores indígenas de saúde). Para atingir essas metas a Funai sobeitou US\$ 885 000 (oitocentos e oitenta e cinco mil dólares) ao PAD/PMACI.

REASSENTAMENTO DE OCUPANTES NÃO ÍNDIOS DE ÁREAS INDÍGENAS

Esse projeto especial objetiva tanto a desocupação das áreas indígenas como criar condições de realocação de famílias não-índias invasoras. Será executado através de ações integradas, especialmente entre a Funai (pagamento de indenizações aos ocupantes de boa fé) e o Incra/MIRAD (reassentamento das famílias que tenham esse direito). Praticamente serão aten-

dia a cerca de 1,09% da área total. Já os dados mais recentes, fornecidos por imagens de satélites indicam que em 1985, ano em que se iniciou a pavimentação da BR-364, já havia um desmatamento de 1 082 477 hectares, representando 4,12% da área total do PMACI. Isso significa dizer que num espaço de 10 anos houve um aumento de 379,2% de áreas desmatadas. Esses desmatamentos estão ocorrendo principalmente ao longo dos eixos rodoviários da região (BR-317 de Boca do Acre a Assis Brasil e na própria BR-364 em seu prolongamento até Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, no extremo oeste do Estado do Acre) e projetos de colonização do Incra/MIRAD e, em alguns casos, ao longo dos rios, em total desacordo com as normas legais do Código Florestal.

As indústrias madeireiras, por outro lado, vem sistematicamente empobrecendo as nossas florestas através da exploração seletiva das reservas de mogno, cedro e cerejeira, que possuem maiores preços no mercado. Tais reservas já estão praticamente extintas em Rondônia, levando as grandes serrarias a invadir agora o Acre, obrigando, inclusive, o Governo do estado a tomar medidas legais para conter essa devastação.

Para que não ocorra desequilíbrio ecológico irreversível é de fundamental importância a demarcação das terras dos povos indígenas e a implantação, de fato, das reservas extrativistas para os seringueiros, já que ambos desenvolvem práticas adaptadas e consistentes com as condições do meio ambiente. Também é muito importante a criação de Florestas, Parques e Reservas Biológicas Nacionais, Estaduais e Municipais. É agora os letiferos dessa coluna, com toda razão, perguntarão: É o que propôs o Plano de Ação Definitivo do PMACI sobre essas áreas de conservação e preservação? Respondo logo - Muito pouco ou quase nada. A maioria das áreas indígenas do Acre não estão mais demarcadas. Serão implantadas apenas 5 Projetos de Assentamento Extrativistas (dois no Acre, dois em Rondônia e um no Amazonas), que envolverão recursos na ordem de US\$ 1 500 000 (hum milhão e quinhentos mil dólares), já previstos no PAD/PMACI. Serão implementada uma única Estação Ecológica no rio Acre e só serão selecionadas somente 3 áreas para a criação de Reservas Nacionais (Glebas Gonçalves Dias em Rondônia, Paruini no Amazonas e Caico no Acre).

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

O PAD/PMACI propôs três tipos de fiscalização ambiental, que se complementam a - O monitoramento ambiental (visando o acompanhamento das transformações ambientais ocorridas sobre os ecossistemas existentes na região, especialmente com relação as alterações da Cobertura Vegetal). b - Atividades de Vigilância e Fiscalização (Formação de equipes volantes de vigilância e fiscalização e um siste-

PAPO DE ÍNDIO

Atenção! Muita atenção caros leitores, porque o Papo de Índio de hoje é do meu amigo Antonio Luiz Batista de Macêdo. O txai Macêdo, como muita gente sabe, é um dos indigenistas mais querido nas aldeias dessas terras acreanas. Seu amor e dedicação pela causa dos índios é um grande exemplo para todos nós. Aliás, ele já nasceu praticamente no meio dos índios, na colocação Bagaceira do Seringal Cumarú, localizado nas proximidades da Área Indígena Kaxinawá do Igarapé do Caucho, em Tarauacá.

Antes de trabalhar na FUNAI, como chefe do Posto Indígena de Cruzeiro do Sul, o Macêdo já fez de tudo nessa vida. Aos onze anos de idade começou a cortar seringa para ajudar a sua família e já no primeiro fabrico produziu 900 quilos de borracha. Percorrer as estradas de seringa no meio da mata foi a sua primeira escola e ele logo aprendeu a ser um seringueiro bom de faca e das canelas. Quando os seringais começaram a serem desativados, sua família migrou para a periferia de Tarauacá.

feria de Tarauacá, onde estudou até o primário. Depois foi ser estivador, marinho e biscateiro, até prestar serviço militar no 7º BEC, ajudando a abrir, no meio da mata braba a BR-364, no trecho Cruzeiro do Sul-Feijó. No Exército aprendeu a profissão de mecânico de máquinas pesadas. Cansou-se dessa vida militar de pau mandado e se mandou pra capital pra ganhar a vida. Chegando em Rio Branco ele teve a sorte de encontrar o José Porfírio Carvalho um dos mais competentes e honestos indigenistas brasileiros que na época em 1976, estava implantando a Ajudância da FUNAI no Acre, atendendo o pedido do então governador deste Estado, o prezado Professor Gerardo Mesquita. No ano seguinte foi trabalhar com o Ronaldo Lima de Oliveira (outro indigenista pai d'égua que passou muitos anos aqui no Acre/Sul do Amazonas) na aldeia Apurinã do 45/BR-317 em Boca do Acre. Os Apurinãs da BR-317 foram os verdadeiros professores do Macêdo nesse assunto de indigenismo. Enfrentou, junto com os índios, o gri-

leiro João Sorhite ou Cabeça Branca e os seus jagunços, inclusive, a Polícia Militar do Amazonas manipulada contra os Apurinã, pelo referido grileiro.

Por defender os índios já foi preso pela polícia e até demitido da FUNAI em 1980. Foi a partir daí que começou a organizar e a estruturar a Comissão Pró-Índio do Acre. Começamos então, a viajar juntos por todas as aldeias e malocas de nossa terra.

Ele é o meu companheiro e amigo das horas certas e incertas. Adora tomar cipó com os índios ou daime com o Tom Alves Nodia 15 de novembro, data querida em que Irineu Serra completou 95 anos que nasceu no mundo Terra, fomos juntamente com o Sian (Osair Sales Kaxinawá), homenagear o nosso Mestre Juramidam. Foi uma festa religiosa linda lá no Alto Santo que é o tronco de todas as outras comunidade do Santo Daime. Ficamos todos emocionados com as palavras e os gestos de boas vindas do Sr. Sebastião Jaccoud, saudando a presença do Sian entre eles.

"Esta casa recebe com a prazer a visita de um índio, aqui nós desconhecemos q tipo de preconceito racial! ver o exemplo de nosso Me neu, que era um negro alt nesta Casa nos respeitamos dios que tiveram a sabedoria de serem os primeiros dores do cipó jagube e da fofrona, que fervida juntos essa bebida maravilhosa do Nessa sua visita o Sian com que é um índio bom de dar maracá". E mais bonito foi o seu Jaccoud deu um maracá o Osair e o convidou para o meio do "Salão Dourado de Deus Verdadeiro". E aí t. Macêdo como eu ficamos emocionados e agradecido muita gente boa que diz r preconceito contra os índios desde que eles reconheceram lugar. Mas na saudação do Sian nós percebemos a harmonia e a sintonia entre a palavra e o Muito obrigado amigo Set Jaccoud.

Quero ainda aproveitar e de Índio do Macêdo, para m um recado para o Elson Mart

Viajando pelo Juruá

ANTÔNIO LUIS BATISTA
DE MACÊDO

Há muito tempo que eu queria colaborar com o Papo de Índio, não pela importância que dou a esta coluna, mas também porque ela é escrita pelo txai Terri, um grande amigo meu. Aproveito, então, a oportunidade para falar da minha última viagem pelos rios Juruá, Riozinho, Cruzeiro do Vale e Breu. Este último localizado nos limites das fronteiras do Brasil com o Peru, no município de Cruzeiro do Sul. Os objetivos desta viagem foram dois: realizar o pagamento das benfeitorias implantadas de boa fé pelos ocupantes não-índios nas áreas indígenas Arara do Riozinho, Cruzeiro do Vale e Kampa/Kaxinawá do rio Breu, e ainda fazer uma avaliação das cooperativas indígenas do vale do Juruá que foram financiadas pelo convênio realizado entre a Funai e a Sudhévea em 1987.

Como eu não gosto de viajar sozinho, convidei o José Osair Sales Kaxinawá, representante da UNI-Norte, e as lideranças indígenas Fernando Rosas da comunidade Katuquina da BR-364 (Campinas) e Francisco Piacó da comunidade Kampa do rio Amônia para me ajudarem neste trabalho, que considero da maior importância para as comunidades de Cruzeiro do Sul. Convidei também o guarda da Sucam, Manoel Caubi, que realizou um bom trabalho de coleta de lâminas e medicou muitos índios que estavam com malária de to-

dos tipos O Antônio Altamiro Rosas Parente (o popular Mirim), pesquisador cruzeirense e daimeista por convicção também nos acompanhou nesta longa viagem pelos rios de nossa terra.

Nossa viagem foi da maior importância tanto para os índios como para os ocupantes brancos das referidas áreas indígenas. Para estes últimos porque eles finalmente receberam as indenizações de suas benfeitorias e podem agora, por uma questão de justiça, solicitar ao Mirad a demarcação de reservas extrativistas para saírem finalmente das áreas indígenas. Para os índios porque de agora em diante eles poderão ter as suas terras desintruzidas e poderão ocupar produtivamente todas as suas colocações e estradas de seringa aumentando as suas produções de borracha e poderão se organizar melhor em torno de sua própria cultura.

Com recursos no valor de Cr\$ 458.981,04 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e hum cruzados e quatro centavos) foram indenizados 28 seringueiros brancos das duas referidas áreas indígenas. Eu fiquei particularmente feliz porque, a partir de Janeiro 88, o padrão seringalista da área indígena Kampa/Kaxinawá do rio Breu vai se retirar definitivamente de lá. Embora essa área não seja demarcada tão cedo por se encontrar na faixa de fronteira, os índios Kampa e Kaxinawá do rio Breu ficarão com a posse de fato de suas terras e colocações de seringa. E assim estamos dando continuidade ao trabalho iniciado

pela Comissão Pró-Índio do Acre, quando eu e o txai Terri implantamos no ano passado as cooperativas Kaxinawá e Kampa do rio Breu. Vocês nem imaginam a alegria dos índios. Foram muitas horas de reuniões e discussões. E é justamente nessas horas que a gente sente uma grande importância do trabalho da Comissão Pró-Índio e da Administração da Funai do Acre. Não precisa nem dizer que fomos muito bem recebidos pelos índios. Até o Getúlio Sales Tenê, grande chefe Kaxinawá de 850 índios do rio Jordão, esteve presente para testemunhar esse importante acontecimento para os seus parentes do rio Breu. Também gostei muito da participação do Osair Sales Stan e da seriedade com que ele encara o nosso trabalho de assessorar a luta dos povos indígenas do Acre. Eu já conhecia o Osair aqui em Rio Branco, mas só viajando juntos que descobri que o txai Terri tinha inteira razão, o Sian realmente é uma pessoa humana incrível e uma liderança indígena de grande valor. Eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer publicamente a participação decisiva do Osair para a retirada de mais um padrão seringalista de mais uma área indígena do Estado do Acre. E acredito que ele tem todas as condições de ser o futuro presidente da Comissão Pró-Índio do Acre, que atualmente eu represento. Já na área indígena Arara do Riozinho, Cruzeiro do Vale, não há mais nenhum problema pois os seringueiros brancos receberam o pagamento de suas indenizações e depois que já tinham se retirado da área indígena. E eu fiquei também fe-

liz porque cumpri com a minha com eles. Tinha prometido a podiam se retirar da reserva e que lutar dentro da Funai para conseguir os recursos de suas indenizações. E agora finalmente cumpri com a minha palavra.

Quero também agradecer a Kampa e ao Felipe Sereno Kaxinawá, chefes indígenas do rio Breu, por festa do cipó (daime) que eles pramime para os meus convidados uma cerimônia simples, de muita alegria e respeito. No final dessa de hoje transcrevo uma oração feita durante essa festa religiosa na

Em relação ao convênio Sudhévea, que beneficiou 8 comunidades indígenas de Cruzeiro do Sul, seguinte avaliação. As 8 cooperativas ou associações indígenas receberam Sudhévea recursos no valor de Cr\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) para organizar a conta própria as suas safras de chá e agrícola em 1987. E produziram efetivamente 16 mil quilos de feijão e várias toneladas de arroz e feijão. O ruano Comercializaram suas produções agrícolas e extrativas, intermediando os atravessadores seus antigos padrões seringalista tamente na cidade de Cruzeiro do Sul. Com a venda só de suas produções conseguiram apurar Cr\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil cruzeiros), que foram integralmente aplicados na compra de novas